

Estudo do Inpa indica como baixar custo de pesquisas na Amazônia

Levantamentos na área de biodiversidade foram enfocados por duas cientistas da Coordenação de Pesquisas em Ecologia (Cpec)

RENAN ALBUQUERQUE

Equipe do EM TEMPO

renanalbuquerque@emtempo.com.br

Pesquisas sobre biodiversidade na Amazônia são a base científica para se conhecer e conservar a região, que hoje sofre pressões de desmatamentos e queimadas. Todavia, estudos desse porte são caros e, portanto, torna-se difícil conseguir financiamento para a atividade. O desafio maior é obter o máximo de informação científica com o mínimo de gastos.

A partir desse problema, as pesquisadoras Gabriela Zuquim e Flávia Costa, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), realizaram estudo para avaliar se é possível reduzir custos em pesquisas sobre a biodiversidade de plantas na Amazônia sem prejudicar a quantidade e qualidade da informação gerada.

"A extensa área coberta pelo domínio amazônico e os recur-

sos financeiros limitados para estudos da biodiversidade exigem programas de pesquisa que obtenham o máximo de informação com os menores custos", descreveram as pesquisadoras em artigo científico publicado recentemente na revista Biota Neotropica.

A proposta das cientistas faz parte do Programa de Pesquisas em Biodiversidade (PPBio), financiado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). O PPBio utiliza métodos padronizados, para que as informações geradas em locais diferentes e por pesquisadores diferentes sejam comparáveis.

Os pesquisadores usaram um grupo de plantas (as samambaias) como modelo, para entender como a diminuição da área amostrada afetaria as conclusões do estudo. A perspectiva, dessa forma, foi diminuir o tempo e custo das atividades em campo sem prejudicar a qualidade da pesquisa, conforme explicaram as autoras em nota no site do

PPBio do Inpa (<http://ppbio.inpa.gov.br>).

Para realizar a tarefa, Gabriela e Flávia trabalharam junto com Jefferson Prado, do Instituto de Botânica de São Paulo (IBt-SP). Segundo os autores, amostras com menor tamanho foram suficientes para se compreender as principais relações ecológicas entre as plantas e o ambiente.

"Isso permitirá o planejamento de novos estudos. É possível reduzir o custo total do projeto ou, com a mesma quantidade de dinheiro, trabalhar em mais lugares, o que pode aumentar o poder dos testes estatísticos e aumentar a probabilidade de detecção de mais espécies", enfatizaram no artigo científico as pesquisadoras.

O trabalho foi resultado da dissertação de mestrado da Gabriela Zuquim, feita no Programa de Pós-Graduação do Inpa. A aluna recebeu bolsa de pesquisa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)



Gabriela Zuquim (foto), orientada por Flávia Costa, disse que meta foi apontar caminhos para reduzir custos de estudos de biodiversidade

a financiamento do Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF), do Projetos Ecológicos de Longa

Duração (Peld), da Fundação O Boticário de Proteção da Natureza.

O artigo científico está

disponível na íntegra, no endereço <http://www.biotaneotropica.org.br/v7n3/pt/abstract?article+bn03807032007>.

>> Gringos na mira

Incra intensifica ações contra grilagem de terras

O diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Roberto Kiel, disse que o órgão está intensificando a fiscalização de terras apropriadas por estrangeiros na Amazônia.

Segundo ele, um dos objetivos da atividade é identificar e impedir a superposição do registro imobiliário.

No caso de terras com função social, Kiel afirmou que a legitimação do uso da terra de até 100 hectares é desburocratizada. Para propriedades

com entre 101 e 500 hectares, existe a regulação fundiária com concessão de uso.

Esse tipo de propriedade não pode ter mais de 2.500 hectares. Conforme Kiel, que participou ontem, do 1º Simpósio da Amazônia, nos últimos anos, o órgão rejeitou 30.556 cadastros rurais na Amazônia que burlavam planos de manejo florestal.

Os cadastros rejeitados diziam respeito a aproximadamente 74 milhões de hectares. Além disso, foram retomados 3,5 milhões de terras griladas.

>> Ecologicamente correto

O cotidiano do 'Defeso' no Centro

Em feira pública de Manaus, vendedor diz que irregularidades no local chegam a 50%

DA REDAÇÃO

diadia@emtempo.com.br

Segundo o diretor de Ordenamento, Registro e Estatística da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Mauro Luis Ruffino, 41,6% dos pescadores brasileiros, ou 162.931 pescadores, estão na Amazônia Legal.

A região também é responsável pela produção de

33% do pescado brasileiro e a média de consumo de peixes na Amazônia é de 180 quilos por ano por pessoa.

Mas nem sempre a atividade comercial de compra e venda do pescado no Amazonas é realizada de modo correto. Muitos comerciantes burlam a lei na época do defeso.

Por conta disso, o EM TEM-

PO visitou uma feira pública da capital, tendo por objetivo tentar localizar vendedores que tivessem esse perfil irregular. E pelo menos no local da visitaçao, no mercado Adolpho Lisboa, somente foram encontrados vestígios de ilegalidade. Nada de concreto.

Um dos vendedores, que pediu para não ser identificado, disse que tinha toda

a papelada exigida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), tais como a Declaração de Estoque e o registro da

No local da visitaçao, no mercado Adolpho Lisboa, somente foram encontrados vestígios de ilegalidade



Comércio de tambaquis vem sendo fiscalizado por técnicos do Ibama, mas nem sempre funcionários do órgão acompanham vendas

>> Baixos salários

Cientista que atua no AM protesta em Brasília

Nem ararajuba, nem sagüi-de-duas-cores. A espécie que deveria encabeçar a lista das que correm risco de entrar em extinção na Amazônia é o cientista brasileiro. Foi o que defenderam ontem, em Brasília, servidores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e Museu Emílio Goeldi.

Eles protestaram em frente ao Ministério da Ciência e Tecnologia, às 10h, durante a realização do 1º Simpósio Amazônia. Os cientistas reivindicaram uma nova tabela salarial.

Durante o protesto, foi lançada a campanha "Proteja a sócio-diversidade: diga não à extinção do cientista brasileiro na Amazônia".

Segundo William Gama, presidente da Associação dos Pesquisadores do Inpa (Aspi), um cientista no topo

da carreira, com 30 anos de pesquisas e pós-doutorado, ganha menos que um policial federal em início de carreira.

"O Brasil gasta milhões de dólares para formar seus doutores e eles vão trabalhar em organizações governamentais e não governamentais estrangeiras, pois os salários pagos pelo governo do Brasil não são competitivos", disse Gama.

Para Mário Cruz, presidente da Associação dos Servidores do Museu Goeldi (Ascon), Inpa e Goeldi só existem em função de dedicados servidores.

O protesto ocorreu um dia depois do governo federal anunciar que pretende investir, até 2010, R\$ 41 bilhões no Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional.